

VIDAL-NAQUET, P. **Atlântida: pequena história de um mito platônico**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Edunesp, 2008, 214 p.

A HISTORIOGRAFIA DE UM MITO:
A ‘ATLÂNTIDA PLATÔNICA’

Diogo da Silva Roiz**

Devolver o mito à imagem e à poesia, depois de ter destrinchado sua história, é a dádiva que desejo a todos aqueles que lerão este pequeno livro. (VIDAL-NAQUET, 2008, p. 177)

Pequena obra-prima é como se pode definir este livro (**Atlântida**) de Pierre Vidal-Naquet (1930-2006), cujo trabalho renovou os estudos sobre a historiografia greco-romana do mundo antigo. Autor de uma vasta produção, em que se destacam: **Os assassinos da memória** (traduzido no Brasil em 1988), *O mundo de Homero* (2002), **Os gregos, os historiadores, a democracia** (2003), e, em parceria com Jean-Pierre Vernant: **Trabalho e escravidão na Grécia antiga** (1989) e **Mito e tragédia na Grécia antiga I e II** (1991; 1999).

Numa pesquisa minuciosa, o que o autor procura identificar nesta obra é a elaboração de uma historiografia sobre o mito da “Atlântida platônica”

* Doutorando em História pela UFPR bolsista do CNPq. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Unesp, Campus de Franca. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), Campus de Amambai, em afastamento integral para estudos.

que, ao longo do tempo, serviu para justificar interpretações filosóficas, religiosas e políticas, em cujas ambições estavam: a de reconstituição de uma civilização perdida, de demonstrar as origens de um povo cuja “identidade” havia sido pouco valorizada, de empreender jornadas a lugares distantes com fins comerciais e, ainda, de explorar ilhas e territórios desconhecidos. Em todas essas situações, a narrativa mítica foi se adequando aos novos contextos e espaços geográficos, reconfigurando momentos decisivos (como o de seu desaparecimento), ou se transpondo para outros povos, no interior destas novas narrativas e interpretações. Definir quais foram esses momentos, quais seus intérpretes e mutações, o mito da Atlântida platônica foi a tônica da narrativa de Pierre Vidal-Naquet, coberta de análises criteriosas, mas sem dispensar a fina ironia que é comum aos trabalhos do autor.

A origem desta pesquisa remonta à década de 1950, quando o autor havia apresentado a Henri-Irénée Marrou uma pesquisa sobre “A concepção platônica da História” – para a obtenção de um “diploma de estudos superiores”, equivalente a um “mestrado” – que, mesmo contendo um teor filosófico bem maior que o adequado a um trabalho de história, serviu-lhe de base para, aos poucos, ir amadurecendo a ideia que ganhou corpo, ao longo de décadas, com pesquisas, artigos e palestras, até dar forma a este livro. Em sua pesquisa, de início “tratava-se de confrontar a Atlântida – essa anti-história – com os diversos nacionalismos que se sucederam na história europeia e americana” (p. 18), porque a “História não é feita somente de conquistas do espírito humano, ela se faz também com suas errâncias, com os impasses aos quais se dedicou e ainda continua a se dedicar” (p. 23).

Com esse objetivo, o autor refez o caminho do mito até ganhar a forma que lhe deu Platão em seus diálogos, cuja narrativa fixou as bases sobre a ideia de “Atlântida”, a qual deixou raízes profundas na cultura ocidental, ainda mais que toda “história [foi], para Platão, feita de mentiras”, e “com o relato de Atlântida e de sua guerra contra Atenas, [ele] inventou um gênero literário ainda bem vivo, pois se trata de ficção científica” (p. 43). Rastrear as diferentes leituras que foram efetuadas sobre o mito construído pela narrativa platônica, além de ser uma tarefa árdua, consistiu em visualizar as lutas pelo poder, os esquecimentos, os objetivos e as transformações culturais, as quais tanto obras quanto autores e sociedades que as reviram, passaram no tempo e no espaço. Nesse sentido:

Esbocei a descrição de Atlântidas ‘nacionais’ [...] especialmente a propósito da Espanha, Suécia e Itália. Se Rudbeck havia marcado a Suécia a ponto de existir, no século XX, ‘Juventudes rudbeckianas’ [...] o mesmo por certo não ocorreu na Itália e menos ainda na Espanha. (p. 139)

Nesse aspecto, não será por acaso que o autor tenha dado a seguinte periodização em sua interpretação das diferentes leituras e formas de recepção do mito: os leitores de Platão na Antiguidade Tardia, o retorno dos atlantes (1485-1710), as Luzes da Atlântida (1680-1786), a grande virada (1786-1841), sua incidência sobre o discurso nacionalista do final do século XIX até seus desdobramentos nos totalitarismos do século XX, com ênfase especial para o nazismo que tomou o mito da Atlântida em sua definição de um povo de “raça pura e ariana”.

Como “muitas utopias, a de Bacon [foi] um relato de viagem, não no Atlântico, mas nos Mares do Sul” (p. 88), que não deixou de contar com essa estratégia narrativa de uso do mito. Por outro lado, o autor se questiona:

Será que a leitura do relato platônico, no século XVII, teve alguma influência no alargamento do tempo? Para minha própria surpresa, devo dar uma resposta positiva. Para alargar o tempo, era preciso matar a cronologia bíblica, seja demonstrando que Adão não havia existido, seja provando que havia homens antes de Adão. A esse respeito, havia-se discutido asperamente no final da Antiguidade e, por exemplo, Santo Agostinho é prova disso. O debate ressurgiu em 1655, em Amsterdã, lugar do pensamento livre, com a publicação dos Prédamitas, de Isaac La Peyrère. (p. 89)

Vê-se ainda que esse “nacional-atlantismo, que vimos nascer na Espanha onde terá prolongamentos até no século XIX, desenvolveu-se com uma força extraordinária em um país que somente tinha em comum com a Espanha as suas origens góticas: a Suécia” (p. 90). O grande questionamento deste período, nesse sentido, foi a “questão [...] colocada pelos próprios cristãos, e em seguida por seus adversários, [...] a da unidade da história religiosa da humanidade, num espaço desmesuradamente ampliado após as grandes descobertas” (p. 102). No entanto:

[...] o que complica as coisas e as torna bem menos previsíveis é a mistura de um mito nacional com uma conexão sobre a América. De fato, instala-se na Europa, na segunda metade do século XVIII, um renovado debate a respeito da América: seria ela a terra de uma humanidade virgem, que teria escapado à maldição das sociedades civilizadas, marcadas mais ou menos conscientemente pelo pecado original? Ou seria ela, ao contrário, uma região que é apenas marginalmente humana? Seria ela a prova da Idade do Ouro ou a prova de uma danação? Nada de mais 'natural' que ver a Atlântida, americana para alguns desde o século XVI, se inserir nessa disputa. (p. 105)

Não impressiona tampouco que, seguindo por esses caminhos e os refazendo, no “Século das Luzes [houve] Atlântidas que não [foram] nem bíblicas nem nacionais” (p. 108), ou com “o que então, no alvorecer do século XVIII, podiam-se combinar, como nos dois séculos precedentes, a busca pela Atlântida e a lenda bíblica dos filhos de Noé” (p. 113). Desse modo:

O mundo intelectual que acabo de tentar descrever em sua versão 'atlântica' é um mundo que não se deixa hierarquizar facilmente. É claro que estamos completamente livres para privilegiar, a partir de nosso momento histórico, uma linhagem 'racionalista', que para nós se inicia no século XVI com José de Acosta na Espanha e, na França, com Michel de Montaigne, que recusou o delírio atlantômano, inclusive sob suas várias formas 'nacionais'. (p. 121)

A maneira como o autor se detém sobre as metamorfoses desse fenômeno de leituras e interpretações do mito nos séculos XIX e XX impressiona, e ainda dimensiona os “usos políticos” que foram feitos sobre o passado, a partir do mito, para justificar vários projetos políticos neste período. Além disso, com:

A teoria dos quatro elementos [tomadas de empréstimo das leituras do autor das obras de Gaston Bachelard] provém da ciência e da filosofia antigas e está presente no Timeu de Platão. Ela também pode constituir, pelo menos em parte, um instrumento cômodo para classificarmos algumas das Atlântidas que ainda nos restam repartir. A terra é evidentemente comum a todas, muito embora

haja nítidas diferenças entre a minúscula ilha de Santorini e um continente do tamanho da América. O fogo, presente na primeira versão do mito, a versão de Platão, não é encontrado em todas as outras. O ar está presente nas tempestades finais. Portanto, é principalmente a respeito da água, da terra e dos sonhos [...] [que muitos relatos se apoiaram, e outros se limitaram a fragmentos] dada toda a série de textos que desempenharam papel primordial nesta história do imaginário, à qual me esforço para dar minha contribuição. (p. 169-70)

Partindo, portanto, de suas origens platônicas e destrinchando suas variações no tempo e no espaço, esta obra, além de demonstrar como o relato mítico serviu de suporte para diferentes usos sobre o passado, em momentos e lugares variados, também indicou a maneira como, periodicamente, o mito da “Atlântida” estava presente no imaginário coletivo europeu, nas suas dimensões religiosas ou seculares, para explicar a descoberta de novos territórios, as origens da humanidade, a organização dos territórios nacionais e das identidades coletivas das sociedades, e, ainda, nos paradoxos que marcaram veementemente a Modernidade. Além de reconstituir os diversos relatos sobre este mito, o autor ainda indicou a maneira como ele marcou, em pleno século XX, a própria imprensa periódica (nos exemplos expostos no apêndice, nas páginas: 191-203). Nesse sentido, este pequeno livro coroa e completa a obra pioneira e inovadora de Pierre Vidal-Naquet.